

Entenda como funciona o tribunal arbitral



A [arbitragem](#) é uma prática que está sendo cada vez mais utilizada na advocacia, pois trata-se de um método que pode ser mais apropriado para determinados tipos de causas a serem defendidas. Por isso, entender como funciona o tribunal arbitral é importante para os advogados.

Para que você compreenda o tema, listamos uma série de dúvidas comuns sobre esse assunto. Assim, este post servirá como uma espécie de miniguia sobre o tribunal arbitral. Siga conosco e informe-se!

O que é um tribunal arbitral?

É chamado de tribunal arbitral aquele em que os advogados atuam como árbitros que decidem a vontade das partes conflitantes de um processo. Isso se dá por meio de uma cláusula de compromisso.

Cabe destacar que o juiz de um tribunal de arbitragem tem os mesmos poderes que os juízes dos tribunais de justiça comum, exceto nas áreas criminal ou trabalhista, entre outras situações mais específicas.

Qual a relação entre o tribunal arbitral e a Lei nº 9.307?

A [Lei nº 9.307](#), conhecida no meio jurídico como a Lei Marco Maciel, é a legislação que instituiu o tribunal arbitral. Entre outras regulamentações, ela estipulou que deve haver um prazo máximo de seis meses para que os conflitos sejam solucionados.

Além disso, essa legislação trouxe três novos fatores para que os conflitos sejam mediados. São os seguintes:

- desempenho mais rápido, eficaz e prático dos processos julgados;
- redução das intervenções do Poder Judiciário nos processos de arbitragem;
- equiparação das sentenças arbitrárias às sentenças que são proferidas por um juiz.

Que tipos de casos podem ser julgados em um tribunal arbitral?

O tribunal arbitral pode ser aplicado em todos os casos em que são envolvidos direitos disponíveis, como é o caso do Direito do Trabalho, Direito Imobiliário, Direito Civil, Direito do Consumidor, entre outras áreas.

Assim sendo, as questões que envolvem contratos, notas de vendas, acidentes de trânsito, questões de desentendimentos familiares e diversas outras, podem ser julgadas por meio da arbitragem.

Como são resolvidos os litígios no tribunal arbitral?

Em um [tribunal arbitral](#), a composição da mesa julgadora é feita por três membros, sendo que dois deles são indicados pelas partes envolvidas no processo. O terceiro membro deve ser escolhido, em comum acordo, pelos árbitros.

Depois de composto o tribunal, a parte que está submetendo o litígio deve apresentar os seus fundamentos e documentos que geraram a reclamação. A outra parte, por sua vez, deve ser convocada para o conhecimento da ação.

Após isso, podem ocorrer as seguintes situações:

- se não existir uma cláusula em que uma arbitragem seja eleita, a outra parte convocada poderá aceitar ou não que o problema seja resolvido por meio do tribunal;
- no caso de haver uma cláusula compromissória, a outra parte deverá ter um tempo determinado para tomar conhecimento dos conteúdos do processo e assim apresentar a sua contestação.

Assim, todo o [conflito pode ser resolvido](#) no tribunal de arbitragem, de forma mais simples e rápida do que aconteceria em outras situações.

Entender como funciona o tribunal arbitral é relevante para os advogados, uma vez que essa solução pode ser a ideal para muitos dos casos em que atende os seus clientes.

Há quem faça confusão entre arbitragem, mediação e conciliação. Por isso, recomendamos a leitura de nosso artigo "[Afiml, o que é preciso para atuar com mediação e conciliação?](#)". Não deixe de conferir!

A [arbitragem](#) vem ganhando cada vez mais espaço no cenário nacional. Isso porque ela consiste em um método de resolução de conflitos que pode evitar os desgastes que um processo litigioso gera, tanto para advogados quanto para clientes.

Mas você sabe quais são as principais atribuições de um árbitro e os benefícios que essa atividade pode oferecer?

Neste artigo, entenda tudo sobre a carreira na área de arbitragem para advogados e abra o seu leque de possibilidades na esfera jurídica.

O que é a arbitragem?

A arbitragem é um método extrajudicial de resolução de conflitos que surgiu, no Brasil, na década de 90 com a [Lei da Arbitragem](#).

Ela é utilizada quando ambas as partes concordam em resolver o conflito junto a um profissional que, após analisar a causa, decidirá qual é a melhor solução.

Dessa forma, a [função do árbitro](#) é, basicamente, conduzir a sessão no [tribunal arbitral](#), tomando decisões sobre a metodologia utilizada, procedimentos, depoimentos a serem ouvidos e mediando possíveis conflitos durante a sessão.

Ele também tem a função de auxiliar na tomada da decisão final, sendo que a sentença arbitral possui o mesmo valor de uma dada pelo juiz.

Como funciona a carreira na área de arbitragem?

Em primeiro lugar, é importante que você entenda quem pode se tornar árbitro. Segundo a Lei, qualquer pessoa pode seguir a carreira, desde que esteja capacitada para assumir tal função.

Além disso, o árbitro deve ter a confiança das partes e não pode possuir relações com nenhuma das pessoas envolvidas no conflito — o que poderia comprometer a imparcialidade.

Não existe exigência de formação específica para assumir essa função. Porém, é essencial que o árbitro tenha algumas características e competências para conduzir a sessão de maneira adequada.

Também é [importante se qualificar](#) e entender os métodos de mediação existentes para uma atuação mais eficaz na redução de conflitos litigiosos.

O profissional também deve se manter atualizado sobre todas as áreas do Direito, o que permitirá a ele esclarecer os direitos de cada uma das partes durante a sessão e auxiliar na tomada de decisão de forma consciente.

Nessa carreira, é possível atuar como árbitro nacional ou internacional.

Na [arbitragem internacional](#), o profissional atua em conflitos entre dois países, geralmente no que se refere a questões comerciais e fiscais. Para isso, é preciso ter conhecimento da legislação de ambos os países. O inglês fluente é um importante requisito para atuação com arbitragem internacional.